



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**  
Direção-Geral do Património Cultural

Parecer

Concordo.  
Promova-se a Consulta  
pública  
20190801

  
PAULA ARAÚJO DA SILVA  
Diretora-Geral

Na reunião de 17 de julho de 2019, a Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA), do Conselho Nacional de Cultura (CNC), apreciou o seguinte assunto:

***Proposta de classificação como monumento de interesse público (MIP) da Saboaria e Perfumaria Confiança ou Fábrica Confiança, na Rua Nova de Santa Cruz, n.º 107 a 115, em Braga, Freguesia de Braga (São Vítor), concelho e distrito de Braga. CS 1325379. (2.ª apresentação).***

A proposta de classificação está solidamente construída, incluindo pareceres positivos e cientificamente sólidos produzidos por entidades de referência (entre outras, a Associação Profissional de Arqueólogos; ICCIH, professores e investigadores universitários, etc.), suportada em diversas publicações (monografias ou artigos revistos). Importa ainda destacar que, se o essencial dos valores que sustentam a fundamentação patrimonial assentam em dimensões sociais e antropológicas, este processo regista também uma fortíssima movimentação popular e cívica – e obviamente com implicações políticas – num interesse social relevante que está, aliás, na origem da própria proposta (ProjectoBragaTempo) e de quem a apoiou.

A Fábrica Confiança exerceu a sua atividade entre 1894 e a última década do século XX. Posteriormente a fábrica recebeu usos culturais.

O lugar e a envolvente da fábrica, outrora uma forte concentração de unidades fabris (todas já destruídas), foi significativamente alterado. A Fábrica Confiança é, assim, o último vestígio de um período importante para a história da cidade e da industrialização tardo-oitocentista no norte de Portugal, i.e., um património industrial que está a desaparecer demasiado rapidamente.

A fábrica era constituída por um edifício principal (construído em 1921) com impressionante frente urbana e vários pavilhões anexos. A arquitetura da edificação principal é representativa das tradições industriais oitocentistas, com dois pisos, fachada ritmada por sequências de nimbos e vãos de cariz solidamente urbano (sobretudo na definição da Rua Nova de Santa Cruz), com



entrada principal no seu centro, marcado por um pórtico com janela de sacada e que conserva a nomenclatura original.

O edifício não está em bom estado de conservação, mas, não é ainda uma ruína e a sua reabilitação cautelosa, salvaguardando a sua autenticidade e integridade ainda é possível, dito de outra forma, ainda não estamos na presença de uma ruína como sucedeu no resultado de outros longuíssimos processos de classificação similares, como o da Fábrica das Devesas em Gaia. Existe uma dissertação com pareceres de avaliação construtiva e estrutural (no âmbito Advanced Masters in Structural Analysis of Monuments and Historical Constructions, dirigido por um dos mais qualificados estruturalistas em património de nível mundial, o Professor Catedrático Paulo Lourenço) que comprovam a viabilidade da sua reparação e reabilitação construtiva e estrutural.

Existe um arquivo que testemunha a sua dimensão histórica e social, num importante espólio a cargo da Câmara Municipal de Braga e ainda se conservava (parte já não *in situ*) parte da maquinaria industrial com grande interesse patrimonial, mas falta o seu cuidadoso inventário.

No subsolo pensa-se que ainda persistirá a romana Via XVII que ligava *Bracara Augusta a Austurica Augusta*, o que obriga a acautelar devidamente as questões da arqueologia clássica mas, também, de arqueologia industrial.

Existe a intenção de desenvolver um projeto de natureza essencialmente fachadista que preserva as fachadas mas que aliena os espaços e os elementos que verdadeiramente ainda definem o essencial valor cultural deste conjunto industrial e o qual se considera desde já completamente desadequado a uma salvaguarda dos seus valores culturais.

Dentro do prazo legal, não se receberam oposições ou reclamações ao processo de classificação proposto; já fora do prazo legal a Câmara Municipal de Braga apresentou uma reclamação propondo apenas a classificação municipal incluindo apenas as fachadas do edifício principal, o desenho e a forma da cobertura e a volumetria do edifício existente; ou em caso de classificação de âmbito nacional e enquanto elementos a preservar, apenas o edifício principal (construção de raiz de 1929) e não abrangendo as ampliações construídas a partir de 1944, em ruínas que considera irrecuperáveis.

Pelo exposto e porque a **Fábrica Confiança** ainda possui a autenticidade, a integridade e os valores culturais relevantes, de natureza social e antropológicos mas, também, arquitetónica



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

e urbanística, que justificam uma classificação nacional enquanto monumento de interesse público (MIP), a SPAA do CNC é de parecer favorável a esta proposta de classificação, abrangendo o edifício principal (de 1929), recomendando que se proceda ao inventário de eventual património integrado que ainda subsista (mas já não *in situ*), tal como maquinaria industrial e ainda preservando o espólio da fábrica e definindo-se dentro dos prazos legais a respetiva zona especial de proteção (ZEP).

APROVADO EM REUNIÃO  
DA SECÇÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO DO  
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

17, Julho, 2019

O Presidente da Secção,

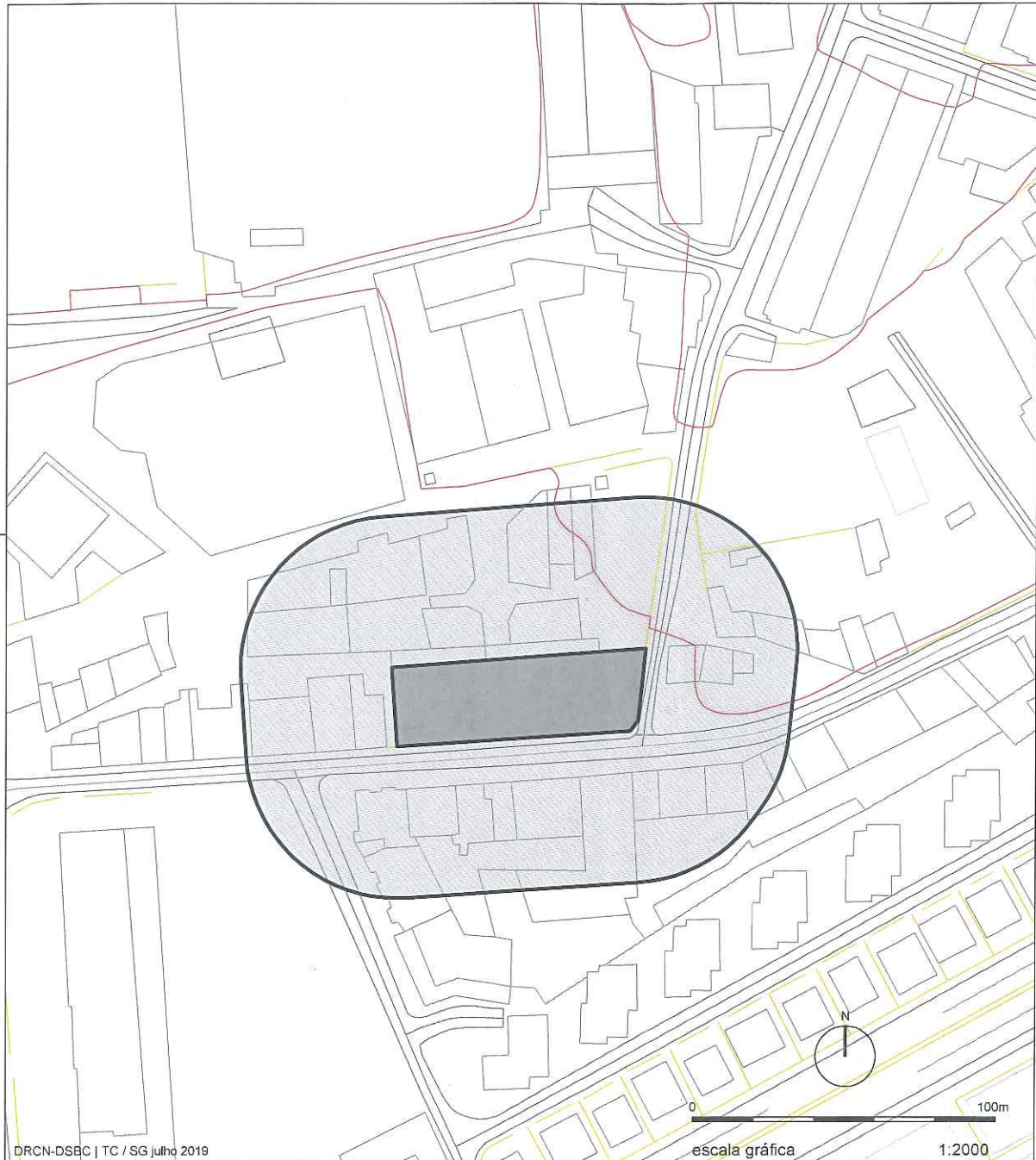
TRISTEZA DA SILVA  
Diretora-Geral

# Saboaria e Perfumaria Confiança ou Fábrica Confiança

Freguesia de Braga (São Vitor)

Concelho de Braga

- △ Imóvel em vias de classificação
- △ Zona geral de proteção (ZGP) - zona automática de 50 metros



APROVADO EM REUNIÃO  
DA SECÇÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO DO  
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

17 / julho 2019

O Presidente da Secção,

PAULA ARAÚJO DA SILVA  
Diretora-Geral